

SERGIPE E O BRASIL PRECISAM DE UMA



REBELIÃO

Gilvani
e Djenal **16**



UM PROJETO SOCIALISTA

PROGRAMA DE GOVERNO
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO - PSTU
SERGIPE - ELEIÇÕES 2018

PONTOS DE UM PROGRAMA SOCIALISTA CONTRA A CRISE CAPITALISTA EM SERGIPE

Vivemos uma das maiores crises do capitalismo. Uma crise, porém, que não afeta a todos da mesma maneira. Enquanto os grandes bancos continuam lucrando bilhões no Brasil, o desemprego é a dura realidade para mais de 66 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto os grandes investidores internacionais lucram com a entrega do petróleo, da Petrobras e de todas as nossas riquezas ao capital estrangeiro, milhares de famílias se veem obrigadas a voltar a cozinhar a lenha e a fome afeta mais de 10 milhões de brasileiros. Isso numa das maiores economias do mundo.

A crise expõe a face mais cruel e desumana do capitalismo. Os sucessivos governos, em época de crescimento, destinam migalhas aos trabalhadores e à população mais pobre. Na crise, despejam com violência seus efeitos sobre as costas da classe trabalhadora e do povo pobre. Violência que não é apenas metáfora, mas uma realidade bastante concreta num país em que, por ano, mais de 60 mil pessoas morrem assassinadas. Em que a juventude pobre e negra das periferias é vítima de um genocídio e do encarceramento em massa, enquanto os grandes corruptos gozam da mais completa impunidade. E as mulheres trabalhadoras morrem nas clínicas clandestinas de aborto ou vítimas do feminicídio.

Sofremos os anos do neoliberalismo descarado de Collor e FHC, com a abertura comercial indiscriminada, desemprego e recessão. Vivemos a traição dos governos do PT que, surfando numa onda de crescimento econômico, priorizou os interesses e os lucros das grandes empreiteiras, dos bancos e do agronegócio. Não resolveu, por isso, os grandes problemas históricos que nos afligem, ao contrário, aprofundou a dependência da nossa economia e a desigualdade que faz com que seis bilionários concentrem hoje as riquezas de 100 milhões de brasileiros. Temer vem aprofundando os ataques contra a classe trabalhadora com uma reforma trabalhista e a Lei da Terceirização que aumenta a

exploração, e ameaça uma reforma da Previdência cujo único sentido é o de garantir o pagamento da dívida aos grandes banqueiros estrangeiros às custas de nossa aposentadoria. Nesse momento de grande crise econômica, política e social, vemos várias candidaturas colocando-se à disposição para continuar e aprofundar a política econômica dos últimos governos. São várias candidaturas, mas, de um ou outro jeito, contam com o mesmo projeto: continuar gerindo o capitalismo que condena milhões à fome e ao desemprego.

Diante disso, o PSTU se vê na obrigação de apresentar à classe trabalhadora e o povo pobre do Brasil, uma alternativa socialista e revolucionária. Um programa que aponte a ruptura com o capitalismo, os grandes bancos e empresas, chamando a que a classe operária e a população pobre se rebelem, façam uma revolução que destrua o capitalismo e que construa, na luta, um governo socialista dos trabalhadores, baseado em conselhos populares. Só um programa socialista pode acabar com a dominação imperialista no nosso país, garantir uma segunda e verdadeira independência, e acabar com toda exploração e opressão.

Um chamado à Rebelião: trabalhadores e trabalhadoras precisam governar Sergipe

Sergipe é um Estado rico. Embora nosso território não seja extenso, a quantidade de recursos que possui pode proporcionar aos trabalhadores e trabalhadoras sergipanos o atendimento de suas necessidades de forma plena. Nosso solo é capaz de prover variadas culturas, temos volumosas reservas de gás e petróleo, calcário, sais de potássio e principalmente a capacidade dos trabalhadores de mover tudo isso.

A única coisa que justifica as mais diversas privações a que a maioria de nossa população é submetida é a apropriação por parte de um punhado de parasitas do produto do trabalho coletivo nas fábricas, no campo, na prestação de serviços.

O nosso Estado, como o restante de nosso País, tem como base de sua fundação o massacre indígena e o uso de mão de obra de negros escravizados cujo trabalho enriqueceu

capitalistas daqui e de fora. A acumulação com base na escravidão possibilitou os mesmos escravagistas instalarem as primeiras indústrias no Estado.

Com a abolição, mas sem a reforma agrária, os ex-escravos e também os trabalhadores livres que tiveram suas terras tomadas pelo latifúndio foram empurrados ao trabalho assalariado, mantendo a concentração de terras e dando continuidade ao ciclo de exploração pelos capitalistas. Atualmente, pouco mais de 5% dos proprietários são donos de 62% da área ocupada no campo sergipano, restando 37% da terra para 92% de pequenos proprietários (Censo Rural, 2006). Não há políticas concretas para reforma agrária e tampouco crédito para agricultura familiar. Das 31 comunidades quilombolas reconhecidas no estado, por exemplo, apenas quatro receberam a titulação (parcial) de suas terras. (Relatório do Incra, Março de 2018)

A burguesia sergipana, proprietária da ampla maioria das terras e das fábricas e gestora do Estado, não pode cumprir nenhum papel progressivo. É corrupta, entreguista, racista e covarde. O papel que os empresários e políticos cumprem na direção de Sergipe ficou ainda mais evidente com a crise econômica mundial, onde todo ônus da crise do capitalismo iniciada em 2008 tem sido jogado nas costas dos trabalhadores.

Nosso Estado hoje tem 178 mil desempregados, o que corresponde a 17,1% de taxa de desemprego, mas se considerarmos a subutilização da força de trabalho em Sergipe, o número salta para 425 mil. Além disso, temos 130 mil trabalhadores no setor privado trabalhando sem carteira assinada e 257 mil trabalhando por conta própria; nestes dois setores o salário médio está abaixo do mínimo: R\$ 668 e R\$ 936 respectivamente. (Pnad Contínua – 1º Trim. 2018)

Paralelo ao desemprego e aos baixos salários, a violência cresceu de forma assombrosa. Entre 2006 e 2016 a taxa de homicídios por 100 mil habitantes cresceu 120%. Entre os negros o aumento foi de 170%. Em 2016 fomos os primeiros do triste ranking dos assassinatos. Sendo que os mais afetados são jovens negros, que têm seus direitos mais

básicos sistematicamente negados e em todo país tem sofrido um verdadeiro genocídio. (Atlas da Violência 2018 – Ipea, FBSP)

A situação das mulheres também é inaceitável. A taxa de assassinatos de mulheres negras de 2006 a 2016 cresceu 87,8%. O número de estupros também é altíssimo, em 2016 foram Registrados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan, 861 casos o que significa 16 por semana, um número que certamente é muito superior, já que a maior parte dos casos não são registrados. Enquanto a violência contra as mulheres cresce o Estado conta apenas com quatro delegacias especializadas e uma única casa abrigo.

Os serviços de saúde que são ofertados à população são completamente insuficientes. A gestão privada da saúde através da Fundação Hospitalar de Saúde é um desastre para usuários e servidores. Para se ter uma ideia, nesse momento a rede pública não realiza cirurgias cardíacas por não haver um hospital adequado. O governo limita-se a gastar o mínimo constitucional em saúde (12% da arrecadação em impostos). Arrecadação essa que é sangrada pelas isenções fiscais dadas às empresas e pela sonegação descarada dessas empresas que contam sempre com a chance de renegociar o produto de seu roubo. Segundo relatório anual das contas do governo, em 2017, as 100 maiores empresas devedoras deixam de repassar aos cofres públicos R\$ 4,4 bilhões.

A educação também enfrenta o subfinanciamento, contando apenas com o mínimo previsto de 25% da arrecadação de impostos. Menos da metade do que o direcionado para dívida, 58%. O resultado disso é que o Estado não consegue sequer cumprir suas metas propostas para o Ideb e falta estrutura na implementação do ensino integral, por exemplo.

Quando a questão é habitação há um déficit de 90.173 moradias em nosso Estado. Por outro lado, há mais de 100 mil imóveis vagos em condições de serem ocupados ou em construção, resultado da ocupação urbana voltada ao lucro e não ao atendimento das necessidades dos trabalhadores. (Fundação João Pinheiro, 2018). O abastecimento de água ainda não chega em quase 13% da população e o esgotamento sanitário atende menos de 25%, dos 75

municípios apenas 17 disponibilizam o serviço. (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2016).

Enquanto aqueles que vivem do trabalho amargam todo tipo de privação, a burguesia sergipana e seus representantes no governo garantem por todos os meios a prevalência dos seus interesses. O governo Temer e os anteriores mantiveram política nacional de desinvestimento da Petrobras, com objetivo de entregar os campos, unidades, plataformas, para empresas estrangeiras causou um enorme impacto na nossa produção industrial. Nos últimos anos a participação da indústria no PIB do estado caiu significativamente. Em 2015, desceu 22% em um estado que já foi o segundo maior produtor de petróleo do país e cuja indústria já correspondeu a 2/3 do PIB, nos anos 80.

Desde a década de 90 a política industrial para Sergipe consiste em privatizações e benefícios fiscais, que duram em média 20 anos, para que empresas se instalem aqui. O Estado deixa de arrecadar quantias que sequer são divulgadas, fornece crédito barato e instalações para que essas empresas lucrem como nunca. Mas nada é feito quando demitem ou fecham as portas após saquear os cofres públicos, explorar recursos, adoecer os trabalhadores e impactar o meio ambiente. Como foi o caso da Itaguassu/Nassau, em Nossa Senhora do Socorro.

Os diferentes governos que passaram por Sergipe foram todos eles grandes balcões de negócios. E recorreram a todos os métodos para fazer isso. A corrupção foi e é um deles, como ficou demonstrado pela Operação Navalha, a Operação Indenizar-SE e o escândalo das subvenções. A maioria dos candidatos que agora se apresentam nas eleições quer continuar com isso: a gestão do estado para assegurar a exploração dos de baixo em benefício de uma minoria parasitária.

É preciso dar uma basta. Nessas eleições, o PSTU faz um chamado à rebelião. No Brasil e em Sergipe é preciso se levantar contra esse cativo social e aplicar as medidas necessárias para garantir o atendimento das necessidades da maioria. As eleições não

mudarão as nossas vidas, são controladas pelo poder econômico e midiático, além disso, as instituições desse regime mostram cada dia mais seu caráter apodrecido e antidemocrático, em todas as esferas.

Defendemos um governo direto dos trabalhadores, com representantes eleitos em assembleias nos bairros, municípios, locais de trabalho e estudo. Conselhos Populares que a um só tempo delibera e executa. Os eleitos para os Conselhos devem ter mandatos revogáveis a qualquer tempo, e não possuir privilégio algum, como altos salários e auxílios.

Para parar a guerra social que os capitalistas abriram contra os trabalhadores, propomos:

1. COMBATER O DESEMPREGO

O desemprego é uma das consequências mais cruéis da guerra social contra os trabalhadores e trabalhadoras nessa crise. Pelo direito ao trabalho! Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

Em Sergipe, são 425 mil o número de trabalhadores que estão na situação de desemprego, subemprego e desalento. Esta crueldade em cima da classe trabalhadora sergipana é de responsabilidade da burguesia e seus governantes.

Plano de obras públicas para gerar emprego e resolver problemas estruturais.

Precisamos de um plano de obras públicas sob o controle dos trabalhadores que gere empregos e, ao mesmo tempo, respeitando o meio ambiente, resolva problemas estruturais como o déficit de hospitais, escolas, estradas, saneamento básico.

Construir uma empresa pública de construção civil para executar o plano de obras,

2. REFORMA AGRÁRIA RADICAL

O campo para quem trabalha! Hoje o campo brasileiro está nas mãos do agronegócio, controlado por um pequeno número de grandes empresas e o capital financeiro internacional. Produz-se para exportação e não para alimentar a população. A desnacionalização da economia brasileira tem no campo sua principal expressão.

Defendemos a nacionalização e estatização do grande latifúndio e do chamado agronegócio sob o controle dos trabalhadores para que definam a sua produção, de acordo com as necessidades do povo e em harmonia com o meio ambiente.

Em Sergipe, é preciso fazer uma Reforma agraria radical que cabe com este absurdo de 5% dos proprietários serem donos de 62% do território rural. É preciso assegurar a titulação das terras quilombolas que já foram reconhecidas.

Defendemos a partilha do latifúndio a fim de garantir terra aos camponeses sem-terra, assim como todas as condições de produção e comercialização de seus produtos, apoio técnico e com acesso e liberação de crédito barato e sem burocracia ao pequeno proprietário. Organizar a ocupação territorial e produção no campo pautadas pela soberania alimentar e energética, e pela preservação da saúde e do meio ambiente.

3. IMPEDIR AS PRIVATIZAÇÕES

Não ao fechamento da Fafen! A Fafen tem uma importância econômica enorme para Vale do Cotinguiba e para Sergipe. A fábrica é fundamental para garantia de nossa soberania alimentar e agrícola. Não aceitaremos a hibernação, fechamento ou privatização. Nos anos 90 tentaram fechar a Fafen, mas a luta dos trabalhadores impediu. É possível impedir mais uma vez. Fafen 100% Estatal e sob controle operário. Retomada do investimento da Petrobras em Sergipe. Controle operário e popular dos royalties. Lutar por uma Petrobras 100% e controlada pelos trabalhadores.

Manter a Deso e o Banese 100% estatais e reestatizar as empresas privatizadas, sob o controle dos trabalhadores. Precisamos tomar de volta tudo o que foi roubado do povo e privatizado, como a Energipe, e colocá-las sob o controle dos trabalhadores.

Nacionalmente devemos exigir a reestatização da Petrobras, da Vale, Embraer e todas as outras estatais.

4. CONTROLE SOBRE AS GRANDES EMPRESAS

Fim da farra dos benefícios, isenções fiscais e renegociações para grandes empresas.

Além de explorar os trabalhadores, pagando baixos salários, as grandes empresas recebem por parte do Estado, grandes volumes de incentivos fiscais e isenções. Estes valores sequer são divulgados pelo governo.

Muitas destas empresas ainda assim, são grandes devedoras do fisco estadual. Que de tempos em tempos lhes oferece perdão e a possibilidade de renegociar através de programas como o Refis. Como a Itaguassu/Nassau que fechou, não pagou os trabalhadores e em 2017 devia mais de 400 milhões ao Estado. Esta é uma verdadeira farra com dinheiro público, que é destinado para iniciativa privada, enquanto falta dinheiro para áreas sociais.

Em Sergipe é necessário estabelecer o controle operário sob as empresas beneficiadas por incentivos governamentais e auditar as isenções. Estatizar as empresas sonegadas, começando pelo Nassau.

Proibição das remessas de lucro! Grandes empresas multinacionais aproveitam-se de subsídios e isenções, exploram nossa mão de obra barata e ainda remetem às matrizes, nos países ricos, o resultado do nosso trabalho. Financiamos com o nosso suor os lucros dos

grandes capitalistas. É necessário proibir as remessas de lucros e estatizar as grandes multinacionais sob o controle dos trabalhadores.

5. NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA

Suspensão do pagamento da dívida e auditoria! As dívidas interna e externa constituem um dos principais mecanismos de subordinação do Brasil e dos Estados aos países ricos, seus bancos e empresas. É um verdadeiro duto que, anualmente, escoar algo como 40% do orçamento federal a um punhado de grandes banqueiros. É impossível mudar de fato o país sem acabar com essa agiotagem.

É preciso que o Estado suspenda o pagamento da dívida, abra essa caixa-preta e realize uma auditoria.

Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal! Por uma Lei de Responsabilidade Social! A Lei de Responsabilidade Fiscal aprovada por FHC e mantida pelos governos do PT tem o objetivo de priorizar o pagamento da dívida em detrimento dos investimentos em saúde e educação. É preciso acabar com essa lei e substituí-la por uma lei de responsabilidade social, onde a prioridade seja o atendimento das necessidades da população.

6. HABITAÇÃO DIGNA PARA TODAS E TODOS

O número de imóveis vagos e em construção em Sergipe é superior ao déficit habitacional. É preciso desapropriar os imóveis e terrenos vazios que hoje servem à especulação, e destiná-los à moradia popular, sob o controle dos próprios moradores.

É necessário ainda regularizar imediatamente as áreas ocupadas pelo povo pobre e trabalhador, suspendendo todos os despejos. Investir ainda na construção de moradias populares até zerar o déficit habitacional.

7. EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E DE QUALIDADE

Educação e saúde não podem ser encaradas como mercadorias. São direitos básicos a que todos devem ter acesso. Para isso, é preciso estatizar as escolas e universidades privadas, assim como os hospitais privados, garantindo educação em todos os níveis, desde as creches até a universidade, e assistência psicopedagógica, tratamento médico integral para os trabalhadores e a população pobre.

8. COMBATER A CORRUPÇÃO

Prisão e o confisco dos bens de corruptos e corruptores! A corrupção faz parte do capitalismo. Não existe um sem o outro. É preciso botar na cadeia os corruptos e os corruptores. Os poucos que vão presos hoje ficam pouco tempo na cadeia, e depois voltam para suas mansões aproveitar tudo o que roubaram.

É preciso que fiquem presos e que tenham seus bens confiscados. As empresas envolvidas em corrupção precisam ser tomadas e colocadas sob o controle dos trabalhadores.

9. SEGURANÇA PÚBLICA

O combate à violência começa com a garantia de emprego e educação pública de qualidade, especialmente para juventude. Ao mesmo tempo é preciso lutar por uma mudança radical na política de drogas no país. É preciso legalizar as drogas para acabar com o poder do tráfico. Encarar o problema do vício e da dependência química como problemas de saúde pública, disponibilizando tratamento adequado.

Defendemos ainda a desmilitarização da Polícia Militar, resquício da ditadura que ainda persiste. Por uma polícia civil unificada sob o controle da população e dos trabalhadores, com direito à organização e sindicalização.

Não à criminalização das lutas e dos movimentos sociais. Pelo direito dos trabalhadores e do povo pobre à autodefesa, organizada nas lutas, nos bairros, ocupações, etc.

10. COMBATER A OPRESSÃO

Pelo fim de toda a opressão! Contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia! Defendemos o combate ao racismo e ao mito da democracia racial: Por reparação histórica, fim da superexploração e do genocídio da juventude negra e pobre, e o fim das desigualdades sociais entre negros e brancos.

Em defesa da mulher trabalhadora, combatemos todo tipo de violência à mulher; por igualdade de direitos e salários; aborto livre, público e gratuito. Defendemos a construção de creches, restaurantes e lavanderias públicas, como medidas para tirar das mulheres a obrigação com as tarefas domésticas.

Defendemos a criminalização da LGBTfobia já. Pelo reconhecimento das identidades trans e a despatologização da transexualidade, assim como a regulamentação do nome social e o direito a união civil. É preciso ainda garantir à população LGBT atendimento médico às suas demandas pelo SUS.

Defendemos uma educação que ensine o respeito e a diversidade. Não ao projeto “Escola Sem Partido”.

11. POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES BASEADO EM CONSELHOS POPULARES

Um projeto socialista significa colocar Sergipe e o Brasil nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre. São os trabalhadores que devem decidir os rumos da política todo dia, não ser apenas chamado a votar de quatro em quatro anos em eleições de cartas marcadas ditadas pelos empresários, empreiteiras e os bancos. É preciso construir conselhos populares nos bairros, fábricas, locais de trabalho e estudo, e transformá-los em instâncias reais de

governo. Os conselhos populares devem controlar e decidir sobre 100% do orçamento e o funcionamento dos bairros, das cidades, estado e do país.

Sem se livrar do jugo do capitalismo, não há solução completa e duradoura para as menores reivindicações de nossa classe. Só é possível garantir emprego, salário, saúde, moradia, acabar com a violência e com a corrupção, através de medidas anticapitalistas, que serão impulsionadas através de uma rebelião social, que coloque em cheque o caos econômico político e social em que vivemos, buscando avançar para construção de outra sociedade que se dará através de uma revolução socialista.

